

NA FRONTEIRA DA CIVILIZAÇÃO: uma leitura dos relatos de viagem de Henry Koster

Jovelina Silva Santos¹
Rosenilson da Silva Santos²

RESUMO:

O presente artigo investiga os olhares do anglo-português Henry Koster sobre escravizados, indígenas, bem como sobre a expansão dos negócios ingleses em territórios do que hoje se conforma como nordeste do Brasil, num momento histórico de crise do Antigo Regime e de transformações políticas e econômicas na colônia portuguesa na América. A instalação da Corte e a Abertura dos Portos em 1808 garantiu e demandou maior conhecimento sobre o território: natureza, sociedade, atividades econômicas e expansão comercial inglesa. Nessa perspectiva, analisamos que os sertões do norte foram descritos por Koster como fronteira da civilização e, aos olhos do viajante, a ampliação dessa fronteira estava estritamente vinculada à expansão do capital sob os auspícios do liberalismo econômico inglês.

PALAVRAS-CHAVE: Fronteira; Civilização; Relatos de Viagem.

ON THE FRONTIER OF CIVILIZATION: A Reading Of Henry Koster's Travel Reports

ABSTRACT:

This article investigates the perspectives of Anglo-Portuguese Henry Koster on escravizados, indigenous people, as well as on the expansion of two English businesses in territories that now form the northeast of Brazil, a historical moment of the crisis of the Antigo Regime and of political and economic transformations. economic developments in the Portuguese colony in America. The installation of the Court

¹ Pós-doutoranda em História no Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ensino Superior do Seridó – PPGHC/CERES/UFRN. Bolsista Capes. Doutora em História pela UFPE, Mestre em História Social pela UFC. Docente do Departamento de História – Campus Avançado de Assu/UERN. Membro de Grupo de Pesquisa - Grupo de Estudos em Poder, Estado e Sociedade – GEPES/UERN. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4415617492707018> - E-mail: jovelinasantos@uern.br

² Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ensino Superior do Seridó – PPGHC/CERES/UFRN. Doutor em História pela UnB, Mestre em História pela UFRN. Docente do Departamento de História – Campus Avançado de Assu/UERN. Membro de Grupo de Pesquisa - Grupo de Estudos em Poder, Estado e Sociedade – GEPES/UERN. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2180186294707456> E-mail: rosenilsonsilva@uern.br

and the opening of the doors in 1808 guarantee and demand greater knowledge about the territory: nature, society, economic activities and English commercial expansion. From this perspective, we analyze that the sertões do norte foram described by Koster as fronteira da civilização and, in the eyes of the traveler, the expansion of this frontier was strictly linked to the expansion of capital under the auspices of English economic liberalism.

KEYWORDS: Frontier; Civilization; Travel Writing.

Introdução

Em sua larga maioria, os relatos de viagem sobre os espaços colonizados, emolduravam os projetos de dominação europeia durante a expansão do capitalismo através da colonização do Novo Mundo, bem como em sua fase de dominação imperialista no continente africano. No decurso desses processos, foram expropriados os territórios e exploradas as riquezas que interessavam aos impérios, o que se fez por meio de pesados custos sociais às populações nativas que, sob múltiplas formas de violência, foram subjugadas aos domínios do euroimperialismo.

Esses relatos, a partir das lentes eurocentristas, elaboraram representações sobre a natureza, os homens e mulheres que viviam nos territórios invadidos. Em termos mais amplos, os relatos de Henry Koster, datados do final da primeira e início da segunda década do século XIX, foram produzidos em um contexto de exaltação à supremacia branca europeia e seu projeto de civilização, articulado pelas burguesias da metrópoles do Velho Mundo. Podemos acrescentar ainda que a chegada de Koster ao Brasil e suas viagens aos sertões do norte, ocorreram numa quadra histórica específica: a do confronto aberto e belicoso entre as burguesias francesa e inglesa, tendo como palco principal o continente europeu, com fortes reverberações nas américas, como é de conhecimento geral.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

A trajetória de vida de Henry Koster já foi apresentada por muitos pesquisadores³, contudo, algumas informações produziram dissensos e há constantes referências às lacunas que sombreiam dados de sua biografia (Carvalho, 1913; Taunay, 1932; Cascudo, 1942;). Os escritos desse viajante foram originalmente publicados com o título *Travels in Brazil* (Viagens ao Brasil), porém, em nota, o autor adverte que utiliza o termo Brasil com referência aos espaços por ele percorridos⁴.

Filho de comerciante inglês, mas nascido em Portugal, Henry Koster, pelo que com recorrência é afirmado, procurou o clima tropical do Brasil para curar-se de uma tuberculose, tendo chegado ao Recife em dezembro de 1809 e, entre idas e vindas atlânticas, realizou viagens pelo que hoje se conforma como a região Nordeste do Brasil, registrando sobre suas experiências em cadernos de viagem. O viajante-autor afirma que não cultivava a intenção de publicar os relatos e acrescentou, ainda - porém sem apresentar explicações -, que a ideia de publicá-los surgiu após o segundo retorno para a Europa em 1815⁵. O livro “começou a ser escrito no segundo semestre de 1815 na Inglaterra, onde Koster pode fazer uso da extensa biblioteca de Robert Southey, em Keswich” (Anjos, 1994, p. 100). Além de suas anotações de viagem, o que faz de sua narrativa um texto herdeiro de rica

³ Para Alfredo de Carvalho (1913), a biografia de Koster traz poucas informações e há controvérsia acerca do ano de seu nascimento em Portugal e falecimento no Brasil. Na relação dos estrangeiros ilustres apresentada pelo Visconde de Taunay, encontramos “Henrique Koster, viajante, nascido no anno de 1793 em Portugal, e não em Liverpool, corno por vezes tem sido affirmado, autor do interessante livro *Travels in Brasil*, em que trata particularmente das províncias do Norte, falleceu em Pernambuco no anno de 1827, tendo apenas a idade de 34 annos” (Taunay, 1932, p. 21). O registro da data de nascimento e morte apresentada por Taunay é questionada por Alfredo de Carvalho (1913, p.321-322), considerando-as “inadmissíveis”, pois, “Koster teria chegado a Pernambuco aos 16 anos e publicado a sua substanciosa relação de viagens aos 23, tendo neste intervalo se dedicado com proveito a importantes empreendimentos comerciais e agrícolas [...]”. Sobre a data de sua morte, Carvalho toma como referência outros registros. Câmara Cascudo (1942, p.16) referencia a análise de Carvalho e enfatiza que “A data de 1820 e o Recife são ano e lugar mais logicos para o falecimento de Henry Koster. Vivia este em Dezembro de 1819, muito alquebrado e doente, e pouco depois faleceu”.

⁴ Ver Koster (1942), notas ao capítulo XVI, pág. 444.

⁵ Logo no capítulo inicial, Henry Koster afirma ter vindo ao Brasil para tratar da saúde, complementando ainda que não poderia optar por Portugal ou Espanha devido às instabilidades e problemas políticos impostos pela França napoleônica.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

experiência empírica e, também, de uma farta pesquisa documental. Henry Koster apresentou a obra aos ingleses em publicação lançada em Londres em 1816⁶.

O livro agradou aos britânicos em particular, e aos europeus no geral, logo atravessando o Canal da Mancha e sendo rapidamente publicado em diversas edições e línguas diferentes no Velho Continente, dentre elas o francês, o espanhol e o alemão. Cruzando também o Atlântico, ganhou uma edição na Filadélfia, Estados Unidos, já no ano de 1817.

Apesar de sobre a vida no e do Brasil, a primeira edição *brasileira* do livro em questão foi publicada relativamente tarde, o que ocorreu através da *Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano*, desde o número 51, de 1898, até o 150º, relativo a 1931. Essa primeira vez que Koster pôde ser contemplado em Português se deu através da tradução realizada por Antônio C. de A. Pimentel, que tomou por base a edição francesa de 1846. Dessa maneira, fragmentada e paulatinamente, o livro foi prestigiado no Brasil no idioma lusitano.

Para ir da forma estilhaçada em que foi publicada *pelo Instituto Arqueológico Pernambucano* para a de um livro com um corpo único, a obra de Koster também esperou bastante, ou seja, essa publicação só tardiamente pôde ser apreciada no Brasil em um único volume. Somente em 1942 o autor norte-rio-grandense Luís da Câmara Cascudo⁷ realizou a primeira tradução a ser publicada à maneira de um livro em Português. Na tradução cascudiana o título original, “Travels in Brazil”, foi alterado para “Viagens ao Nordeste do Brasil”. Talvez essa adequação do título original possa ser explicada, tanto pelo fato do Brasil de Koster ser demasiadamente

⁶ KOSTER Henry. **Travels in Brazil**. London: Printed for Longman, Hurst, Rees, and Brow, Paternoster-Row, 1816.

⁷ KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Tradução Luiz da Câmara Cascudo. 2 ed. São Paulo, SP: Ed. Nacional, 1942. Essa versão traduzida por Câmara Cascudo ainda teve uma outra edição, publicada em 1978, na cidade de Recife, pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

pernambucano e muito *setentrional*, mas também pelos projetos regionalistas de que fazia parte tal tradutor.

O livro de Koster é ilustrado com oito cromolitografias que representam temas como jangadas, a travessia dos rios, canoas de pescadores, o transporte das senhoras, carregadores de algodão, engenhos açucareiros, a viagem de um fazendeiro e de sua esposa. Como um homem que precisou atravessar um oceano, o tema da travessia e dos transportes pareceu-lhe interessante. No prefácio à edição de 1942, Câmara Cascudo traz considerações sobre a obra e o escritor ressaltando o caráter diferenciado de Koster em comparação às análises de outros viajantes estrangeiros, concluindo que o anglo-lusitano:

Segue, pela vida e pelo livro, simples e natural, conversando, informando, pondo uma pedrinha na bôca para não ter sêde, aplaudindo o "Fandangos", molhando-se no Entrudo, assistindo Semana Santa em Olinda, tomada-de hábito em Igarassú, comendo doces na sacristia de S. Pedro dos Oerigos, bebendo remedios da terra, compreendendo tudo e tudo defendendo ou criticando com a autoridade da tolerancia (Koster, 1942, p. 27).

Encontramos relatos que traduzem os dissensos da dupla nacionalidade advogada por Koster⁸ e indagamos sobre a inclusão desse viajante na categoria dos “homens brancos hifenizados” de que trata Mary Pratt (1999). Essa pesquisadora, ao abordar os relatos de viajantes que realizaram uma “crítica interna” ao projeto expansionista europeu elucida que:

Cada um destes foi um homem branco cujas identificações nacionais e cívicas eram múltiplas e frequentemente conflitantes; cada um deles havia vivenciado em profundas histórias pessoais e sociais as duras realidades do euroexpansionismo, da supremacia branca, do domínio de classe e da heterossexualidade (Pratt, 1999, p. 353).

⁸ No final do capítulo XV, Koster (1942, p. 418) afirma que “A Inglaterra é a minha patria mas o meu país natal é Portugal. Pertengo aos dois, e na companhia de inglêses, portuguezes ou brasileiros, sinto me igualmente entre patrícios”.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Embora o viajante anglo-português Henry Koster ou Henrique Costa⁹ não tenha denunciado o colonialismo, suas experiências pessoais e, possivelmente os interesses da burguesia liberal inglesa, o fizeram denunciar as vergastalhas da escravidão requerendo à Inglaterra que assumisse a vanguarda no processo de abolição do sistema escravista em qualquer parte do mundo. Tratava-se de um combate entre a barbárie e as virtudes da civilização. A produção dessa crítica ao escravismo foi apresentada à sociedade londrina especialmente no artigo *Como Melhorar a Escravidão*, questão que abordaremos adiante.

Suas lentes eurocêntricas, também ficaram embaçadas diante da dramática condição dos nativos, sendo possível identificar considerações conflitantes nos poucos registros sobre esses sujeitos ao longo da narrativa. Em regra, os indígenas são representados com profundo desprezo, como criaturas quase inumanas, portadoras de características e costumes animalescos. Em outros momentos, o autor reflete sobre a condição dos indígenas e esboça um sentimento de compaixão - sem que signifique repulsa ou crítica a ação dos colonizadores - e o reconhecimento de que este fora “esmagado” e tratado de forma “justíssima”. Quanto aos negros escravizados e os mestiços, o viajante tem uma descrição diversa, sustentada nos propósitos da expansão da civilização.

Acrescente-se ainda que a ilustração e o liberalismo foram importantes referenciais para Koster no processo de análise e interpretação dos sujeitos e dos sertões do Norte. É com os olhos direcionados ao futuro que Koster observa os sertões como espaços da barbárie, cuja superação só seria viabilizada por meio do avanço civilizacional. Consideramos que o autor-viajante se encontra a serviço do imperialismo britânico, notadamente em temas relacionados a escravidão e a

⁹ Koster registra com orgulho uma insigne ocasião em que ouvira seu nome “metamorfoseado” e Alfredo de Carvalho (1913, p.321), ratificando a fidelidade da narrativa apresenta que o viajante era “Muito estimado e considerado, geralmente conhecido pelo nome aportuguêzado de Henrique da Costa”. Câmara Cascudo retoma os elogios de Alfredo de Carvalho à Koster para ratificar quão valiosa havia sido a estadia do viajante no Brasil, notadamente no que diz respeito à contribuição de seus relatos para o conhecimento sobre os sertões do norte.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

expansão dos negócios ingleses na colônia portuguesa. Na tessitura de seus relatos, o pressuposto básico para o progresso e a civilização do Brasil estava ancorado no liberalismo. Nesse sentido, ele retoma, várias vezes, o tema da liberdade de comércio com outras nações como a cornucópia que, naturalmente, possibilitaria uma maior inserção da civilização no Brasil, com o consequente usufruto dos seus benefícios universalizantes.

Aos olhos do viajante “A época dos melhoramentos chegara, e homens que tinham passado muitos anos sem pensar na menor transformação [...], estavam agora pintando e envidraçando as fachadas, mobiliando o interior, modernizando eles mesmos, suas famílias e suas moradas” (Koster, 1942, p. 258). Os *melhoramentos* e *embelezamentos* eram exemplos vívidos da materialização da civilização no Brasil colonial e no caso dos primeiros, se refere também - e de modo particular, ao acesso às novas ideias, aos novos modos de administrar os negócios públicos ou privados, bem como a adoção de costumes e hábitos dignos da *sociedade de corte*. Encontramos Koster que, mesmo em longínquas terras, almejava assumir com rigor os hábitos e costumes da civilização cristã ocidental, chegando a temer por seu próprio retrocesso e desregramento moral, caso continuasse a viver no Brasil:

[...]Possivelmente eu, em breve tempo, não podia ser membro de outra sociedade. Sentia-me inclinado para a vida que levava. Eu era jovem, era livre e tinha poder. Embora estivesse inteiramente convicto dos males que decorrem de uma sociedade ou estado feudal, amava ter escravos. Poderia tornar-me tão arbitrário como apaixonado por essa existência meio selvagem. Podia ficar sentindo tanto sabor pela ociosidade, não tendo regras, como desgostando tudo que fosse racional e logico no mundo”. (Koster, 1942, p.417)

Seria esse o exemplo clássico do civilizado inglês que se encanta pelo universo bárbaro, antes veementemente repudiado, de que tratou Gilberto Freyre (2000) ao abordar os efeitos desse encontro cultural acelerado pela abertura dos portos em 1808 e a assinatura dos Tratados de 1810? No prefácio d’O *Processo Civilizador*, Norbert Elias (1994) convida o leitor a refletir historicamente sobre o

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

comportamento do homem ocidental civilizado, observando que, caso este fosse levado a épocas mais remotas de sua própria sociedade, iria deparar-se com o “incivilizado” e “Dependendo de sua situação e inclinações, sentir-se-ia atraído pela vida mais desregrada, mais descontraída e aventureira das classes superiores desta sociedade ou repellido pelos costumes ‘bárbaros’, pela pobreza e rudeza que nele encontraria” (Elias, 1994, p.13). Henry Koster chega a fazer esse exercício de imaginação histórica ao comparar o Brasil em que ele vivenciava no início do século XIX com a Europa feudal - já ultrapassada na ótica do viajante - apresentando como elemento incontestável para tal semelhança, o poder arbitrário dos senhores nas vastas regiões, fosse no litoral ou nos sertões onde exerciam seus domínios.

Os sertões que Koster registrava correspondia geograficamente a parte do território das províncias de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande, Ceará e Piauí, chegando até o Maranhão. Uma conceituação mais ampla de sertão deve considerar a multiplicidade de sentidos que a categoria assume em diferentes espacialidades e temporalidades, seja para identificar territórios em perspectivas diversas, seja como demarcador social, cultural e político do atraso, ou, seja ainda, como matriz para operacionalizar a construção da identidade nacional, unificando visões díspares historicamente construídas. Na teoria social, na literatura, bem como em outras artes, sertão, ou sertões, é um conceito móvel e sua construção se encontra umbilicalmente vinculada à visão de mundo do sujeito que fala, ao contexto histórico em que é (re)produzida e as relações de poder que permeiam sua formulação e contínua reformulação, hodiernamente repensada a partir de uma nova proposição epistemológica (Amado,1995; Lima,1999; Oliveira, 2000; Queiroz Guedes, 2019; Santos, 2019).

Vinculado a categoria fronteira, o sertão foi assinalado repetidas vezes em vários relatos de viajantes e documentos coloniais como *fronteira vazia* ou *fronteira do medo*¹⁰ e acionado politicamente para justificar, a priori e a posteriori, a expropriação

¹⁰ FERRAZ, Socorro; BARTIRA, Ferraz. **Sertão: fronteira do medo**. Recife: Editora UFPE, 2015.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

dos territórios nativos, associando-os a animais bestializados que careciam de sujeição ou eliminação, de modo a efetivar o domínio colonial nos sertões e para a glória do projeto civilizacional europeu. Abordamos o sertão-fronteira como momento e espaço de travessias cruciais, de (des)encontros e (des)encantos, produtor de enigmas e miragens e nos referenciamos no conceito de “zona de contato”, de Mary Louise Pratt (1999, p. 27), para designar “espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, frequentemente em relações extremamente assimétricas de dominação e subordinação [...]” e na interpretação de fronteira multidimensional apresentada por José de Souza Martins (2012, p.11), no sentido que esta assume “caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o outro é degradado para, viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora”.

Ao direcionarmos nossa atenção para como o sertão foi percebido por Koester, nosso propósito é acompanhar seu pensamento em um duplo movimento de seu olhar perscrutador: como observador do estado em que se encontravam as gentes dos sertões e o andamento dos negócios ingleses; e, na condição de arauto do progresso e da civilização, como ele elaborou uma crítica ao escravismo como sistema anticivilizacional. Para isso se faz pensá-lo como um agente viajante que incorporou o lugar de olhos e ouvidos do Rei de quem era súdito.

“Olhos e ouvidos do Rei”

Em razão das desconfianças em torno do que era real ou fantasioso, as narrativas dos viajantes careciam de receber atestados de fidedignidade produzidos pelo próprio narrador e, em melhor situação, por outros que gozassem de renomado prestígio para tal feito. Era relevante uma demonstração de que se tratava de um retrato da realidade, vivamente desenhado e requintado com pequenos detalhes para que não pairasse dúvida sobre o empenho em apresentar objetivamente tudo que a vista alcançava: os elementos da natureza, a condição dos homens (costumes,

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

valores, crenças, etc), as práticas agrícolas, o comércio, os negócios públicos e privados, etc.

Na seara do reconhecimento “público” pretendido pelos autores de relatos de viagem, Koster foi saudado como o viajante que mais zelou pela autenticidade, sendo a ele atribuído o título de “exato Koster”. Câmara Cascudo sustenta que Koster “Nada descreve além do que, em alta percentagem, ainda vemos, ou até pouco tempo viamos, nas regiões em que vivêra o registador. O exato Koster é digno do título” (1942, p. 11).

O olhar do viajante perscrutava os espaços dos sertões, tomando notas de variados aspectos da vida social e do meio ambiente, adotando de modo geral o *modus operandi* dos demais viajantes estrangeiros que estiveram no Brasil no século XIX. Dentre as questões relacionadas ao “progresso e a civilização” abordadas por Koster, destacamos o avanço dos negócios ingleses em decorrência da Abertura dos Portos em 1808 e da assinatura do Tratado de Comércio e Navegação de 1810, sem secundarizar sua crítica à escravidão.

A presença das mercadorias inglesas por onde andou foram devidamente registradas por Koster e sua expansão nos anos posteriores à Abertura dos Portos recebeu destaque por parte deste viajante entusiasmado com os ventos do progresso. A visão dele acerca do progresso estava associada, dentre outras coisas, à produção industrial, ao desenvolvimento do comércio, às novas técnicas agrícolas e, apontando para o futuro, à promoção de novas relações sociais de produção. Para ele, todo esse conjunto de inovações levaria fatal e prosperamente ao avanço da civilização. Possivelmente o viajante via a si mesmo como arauto desse projeto civilizatório e, para cumprir adequadamente esse papel, haveria de fazer percursos diversos, observando atentamente os costumes e a vida material, analisando o que se encontrava em metamorfose, a velocidade dessas transformações e o que exigia mudanças.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

O progresso chegava ao novo mundo nos navios ingleses, abarrotados de mercadorias, permitindo aos afortunados a adoção de novos hábitos e costumes, como o uso de talheres individuais e o vestuário à moda inglesa. Acerca da supremacia dos tecidos ingleses sobre os portugueses, Koster narra que o governador do Rio Grande havia se esforçado para que uma família realizasse a compra desses tecidos no Recife e assim,

Uma vez introduzidas, essas mercadorias fizeram sucesso e como ninguém queria ser excedido por outro, no curso de dois anos, o uso se tornou geral. Visitamos a Igreja à tardinha. Todas as senhoras estavam elegantemente vestidas com sedas de varias cores, com veus negros cobrindo-lhes a cabeça e o rosto. Um ano antes, as mesmas pessoas teriam comparecido à Igreja, de saíotes de algodão, feitos em Lisbôa, panos de tecido grosseiro na cabeça, sem meias e com chinelos nos pés (Koster, 1942, p. 112)

Koster não deixa patente qual a razão de suas viagens rumo aos distantes sertões e Câmara Cascudo, ao prefaciар seus relatos, afirma resoluto que o anglo-português foi movido apenas pela “curiosidade”, sem qualquer vínculo ou compromisso assumido com outrem. É intrigante o fato de que, embora houvesse retornado de sua longa viagem até o Ceará em meados de fevereiro de 1811, ele recebeu uma convocação para ir ao Maranhão e, atendendo ao chamado, partiu de barco em 22 deste mesmo mês, sem contudo, explicitar as razões para tal viagem. O próprio Koster afirma que sua presença no Maranhão levantava suspeições, de modo que, ao ser indagado sobre as motivações que o levaram aquele Estado, não conseguia convencer os interlocutores de que não se tratava de viagem de negócios, pois, “Não compreendiam o motivo que levava um homem a aturar tantos incomodos, para passear, e tantos inconvenientes para divertir-se” (Koster, 1942, p.246).

Sua posição liberal se manifestou enfática na descrição do caráter do governador do Maranhão, apontado por Koster como “despótico” por ser refratário à liberdade de expressão, descortesia e excessivamente orgulhoso, requerendo honrarias e venerações dignas de altas autoridades eclesiásticas. A posição ácida de

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Koster em relação ao governador do Maranhão encontra explicação no fato do governante não nutrir tanta simpatia pelos ingleses, significando uma afronta ao viajante que, ao contrário do que ocorrera neste episódio, havia sido muito bem recebido pelo governador do Rio Grande, assim como “Fui recebido no Ceará - hospitaleiramente. O nome de inglês era uma recomendação” (Koster, 1942, p.178).

Na apresentação de alguns homens ricos do Estado do Maranhão e residentes em São Luiz, o viajante fez o contraponto com o governador, exaltando-os pela sua grande fortuna e pelo “espírito independente” que os diferenciava do mandatário. Koster enaltece os comerciantes no Maranhão devido às boas relações com os ingleses, notadamente em referência às exportações de algodão¹¹. Prosseguindo, ele considera que os homens do comércio compunham a categoria de pessoas que reunia as melhores condições para produzir “melhoramentos” no Brasil¹², pois, valorizavam a educação e o gosto pelas artes, numa demonstração de que haviam incorporado os valores caros à civilização. É importante registrar que, apesar dos elogios aos prósperos comerciantes do Maranhão, Koster (1942, p.235) constata que há uma grande concentração de riquezas e conclui afirmando que esta produz profundas desigualdades sociais, retardando os “melhoramentos” civilizacionais que se verificava em outras áreas “onde a sociedade é mais amalgamada e a terra mais dividida”.

Tendo conhecido governadores, homens de comércio e sujeitos abastados, o livro de Koster traz suas impressões sobre esses que, postos em comparação aos ingleses, eram considerados mais, ou menos, civilizados. Em muitas das vezes, o

¹¹ Koster apresenta os dados da exportação do algodão do Maranhão para a Inglaterra e outros países, após a abertura dos portos, no período que compreende os anos de 1809 e 1815. Os números expressam a supremacia da Inglaterra, pois a carga enviada a este país era bastante superior às demais nações.

¹² O senhor José Gonçalves da Silva era grande proprietário de terras e algo em torno de 1000 a 1500 escravos, contudo, demonstrava apreço por seus trabalhadores – embora fossem escravizados. Já o segundo, Simplício Dias da Silva, também homens de grandes posses, organizara uma banda de música com seus escravos e um alguns destes trabalhadores havia recebido educação em Lisboa e no Rio de Janeiro, fato singular para o momento e o lugar em que viviam. (KOSTER, 1942)

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

acesso ao território onde viviam esses sujeitos, especialmente aqueles que viviam nos sertões, só era possível pelo papel que os indígenas desempenharam para que a viagem acontecesse. Na sessão seguinte nos perguntamos que imagens Koster elaborou sobre os nativos?

Olhares sobre os indígenas

Neste início do século XIX, Koster apreendia geograficamente o sertão em perspectiva similar aos portugueses no momento inicial da conquista, isto é, para designar lugar ermo, distante dos povoamentos urbanos, quase sempre em oposição ao litoral e percebido como o espaço do incivilizado. Com essa ideia, ao adentrar nestes sertões, Koster segue precavido, levando várias *cartas de recomendação* com as quais tencionava garantir boa recepção e hospitalidade dos chefes locais. Indo ao encontro desses chefes, ele caminhou na companhia de guias indígenas, considerados os melhores para aquele tipo de empreitada, pelo seu conhecimento do espaço e pelo espantoso fato de conseguirem chegar aos destinos que almejavam, palmilhando territórios que, sequer, tinham estradas e com capacidade para enxergar “pegadas impressas nas folhas murchas, tombadas das arvores” (Koster, 1942, p.172).

Localizado na fronteira, observando os nativos do topo da civilização europeia, Koster não conseguiu compreender as técnicas e o conhecimento indígenas sobre os territórios¹³. O viajante inglês não escondeu sua admiração com o fato dos nativos – muitas vezes servindo de mensageiros, percorrerem longas distâncias e chegarem ao destino almejado sem que estradas ou caminhos visíveis fossem percebidos na paisagem. E, como se estes sujeitos subalternizados fossem invisíveis aos olhos do viajante e o mesmo não encontrasse em seu próprio universo cultural o vocábulo apropriado para descrever suas habilidades, utilizou o termo *instinto*. O fato inegável é que os nativos (e mamelucos) continuavam - senão como

¹³ Ver HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e Fronteiras**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1975.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

“peças-chave” ou “protagonistas” no processo de interiorização da conquista, como analisou Vainfas (2019, p.239), indispensáveis aos viajantes que se aventuravam em longas jornadas pelos caminhos dos sertões.

Em variados momentos o autor-viajante aborda o caráter beligerante dos nativos e informa que em Pernambuco há a denominação caboclo para os “*indígenas domesticados*” e tapuia para os que se encontravam apartados da civilização, qual sejam, os selvagens. Observe-se aqui que os indígenas são apresentados como uma sub-raça, equiparada a outra espécie animal, diferente da humana. Neste sentido, o termo “domesticado” é utilizado para referir-se aos nativos “pacificados”, é autoexplicativo.

Um rosário de adjetivos desqualificadores é apontado por Koster para informar que o indígena é “[...] comumente julgado covarde, inconstante, destituído de ternura sensível, esquecendo os favores e as injúrias, obstinado em ninharias, indiferente nos assuntos de importância” (Koster, 1942, p.172). Henry Koster registra apenas o que ouviu e observou ou seus escritos são também informados pelas leituras de outros autores? Um pouco adiante Koster faz uma análise comparativa entre os indígenas e os negros escravizados, buscando realçar as competências das raças e, em certo momento, demonstra piedade em relação ao nativo ao afirmar que:

Portaram-se de forma injustíssima para com ele, inicialmente esmagado, foi depois tratado como uma criança. Está sob o jugo daqueles que se olham como entes superiores e essa ancia de governar leva-os a interferir nos próprios negócios íntimos e domésticos do pobre indígena. São, entretanto, uma raça de seres sensíveis, capazes de energia, de interessar-se em todos os assuntos, podendo ter feito muito mais do que fez. A carreira eclesiástica lhe está aberta mas não obtiveram vantagem alguma. Nunca encontrei um indígena mecânico nas vilas que tenho visitado. Não há exemplo de um indígena rico (Koster, 1942, p. 173)

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Esse trecho de seus relatos apresenta uma contradição com outras passagens em que concebe os indígenas com as lentes da cultura europeia, inferindo a estes ausência de racionalidade e caracterizando-os, a exemplo de outros viajantes, como bestiais e destituídos de humanidade. Acerca do uso da mão de obra indígena, Koster apresenta que aqueles eram mais afeitos a uma certa tipologia de atividades, dentre as quais se encontrava o trabalho de guias ou carregadores. Ele explica que a predisposição dos nativos para esses trabalhos é decorrente de seu próprio caráter errante. No contraponto, para outras atividades, afirma que a preferência recaía sobre mulatos e negros. Ao concluir esse relato, enfatiza a inconstância do trabalhador indígena com a frase “caboclos só para hoje”, que informa ter sido enunciada por seu feitor (Koster, 1942, p.173).

Embora tenha caracterizado os indígenas a partir de tantos adjetivos, em sua estadia no Maranhão, afirmou não ter visto nenhum deles naquele Estado, apesar disso, os apresentou como criaturas assombrosas, conforme informações que teria colhido de terceiros. Ao viajar por ali, Koster tratou dos setores sociais que formavam a sociedade, identificando que a população escrava era bastante significativa, se comparada ao número de pessoas livres e aos indígenas. Nesse sentido, se faz necessário pensarmos de que maneira a escravidão foi percebida por Koster.

Olhares sobre a escravidão negra

Diferente dos outros viajantes, Koster fixou moradia no Brasil, precisamente em Pernambuco e se tornou senhor de engenho no Jaguaribe, possuindo ainda escravaria e gozando as benesses que os homens em sua posição recebiam. Para vários pesquisadores, as narrativas de Koster e de outros viajantes, acerca das relações escravistas no Brasil foram suavizadas (Marquese, 2006; Rabelo Versiani, 2012). João Alfredo dos Anjos (1994) e Flávio Rabelo Versiani (2012) ressaltam que a produção intelectual brasileira, assim como produções estrangeiras, buscaram

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

significativa referência nos escritos de Koster acerca da escravidão¹⁴. Nesse aspecto, destacamos que essa influência deste viajante sobre a teoria social no Brasil persistiu durante décadas, de Gilberto Freyre - que nos anos de 1930 considerou a literatura produzida pelos viajantes uma fonte segura aos historiadores¹⁵ - a Jacob Gorender, no clássico estudo sobre o escravismo no período colonial, onde traz dezenas de referências a Koster. Rabelo Versiani chama a atenção para o fato de que “a fidedignidade desses testemunhos foi posta em dúvida por oponentes daquela visão, desde o século XIX” (2012, p.17). A percepção desse autor torna ainda mais intrigante que importantes nomes da intelectualidade brasileira tenham se debruçado sobre esses escritos de forma apressada, tomando-os como retratos fiéis da realidade.

É notória a contribuição dos relatos dos viajantes na edificação do caráter “benigno” da escravidão brasileira, especialmente, quando comparada às áreas coloniais açucareiras britânicas. Nos indagamos sobre o alcance desses escritos nas obras produzidas por intelectuais brasileiros no complexo processo de construção da identidade da nação, visto que estes foram visitados e revisitados como fortes referências para a interpretação da alma nacional. Há de se perguntar ainda, em que medida esses relatos de viagem e a apropriação acrítica por parte de uma parcela da intelectualidade, contribuíram sobremaneira para a construção do mito da democracia racial no Brasil.

Para Rabelo Versiani (2012), que fez uma análise específica dos relatos de Auguste de Saint-Hilaire acerca do escravismo no Brasil, a “brandura” da condição do escravizado, realçada nos relatos desse e de outros viajantes - e aqui ele inclui

¹⁴ Anjos (1994) apresenta em suas conclusões que a professora Maria do Socorro Ferraz Barbosa da Universidade Federal de Pernambuco empreendera importante pesquisa sobre o viajante anglo-lusitano afirmando que se tratava de um “agente” da burguesia inglesa.

¹⁵ Gilberto Freyre não apresenta confiabilidade em todos os relatos de viagens produzidos por estrangeiros. Desse modo, faz uma classificação entre os “autores superficiais ou viciados por preconceitos” e os que ele avaliava como sendo “bons e honestos” e, dentre estes últimos, se encontra Henry Koster.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Koster - foi interpretada como uma ação política de alinhamento aos interesses do governo brasileiro, bem como para justificar o escravismo no Brasil. Temos acordo que Koster, assim como outros viajantes, forneceu uma moldura humanizadora à escravidão no Brasil, contudo, ponderamos que seu olhar não era o de um apologista da escravidão, o que fazemos tomando por referência o acirrado debate de que ele participa, ativamente, alinhando-se aos abolicionistas ingleses e sobre o qual publicou o interessante artigo, *Como Melhorar a Escravidão*.

A experiência de Koster como senhor de escravos lhe permitiu observar a questão da escravidão sob outra perspectiva, acarretando, inclusive, sentimentos díspares, visto que, por um lado, como dono de escravaria, gozava da liberdade e do conforto material que a exploração dos cativos proporcionava aos “civilizados” abastados. Por outro lado, sentiu-se desconfortável e até temeroso que pudesse abandonar os mais altos princípios, valores, normas e comportamentos da civilização, pondo em relevo que:

Embora estivesse inteiramente convicto dos males que decorrem de uma sociedade ou estado feudal, amava ter escravos. Poderia tornar-me tão arbitrário como apaixonado por essa existencia meio selvagem. Podia ficar sentindo tanto sabor pela ociosidade, não tendo regras, como desgostando tudo que fosse racional e logico no mundo (Koster, 1942, p. 27)

Koster dedica os dois penúltimos capítulos de *Travels in Brazil* para abordar especificamente a escravidão, embora o tema seja recorrente em seus mais variados aspectos, ao longo de sua narrativa. Há uma questão importante em sua metodologia de análise da escravidão, qual seja, a comparação entre essa instituição no Brasil e nos domínios ingleses, onde o mesmo conclui que, na colônia portuguesa, ela se apresentava mais branda, com uma legislação que possibilitava ao escravizado alcançar a liberdade, desde que pudesse dispor da quantia necessária ao seu valor.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Koster traz vários exemplos de escravizados que conseguiram e outros que não obtiveram êxito na conquista da liberdade, no caso desses últimos, o motivo teria sido a não submissão dos senhores à força da lei. A pesquisa realizada por Cunha (1984) presume que essa perspectiva em torno das alforrias, possivelmente, tem origem em Koster, porém, foi largamente reiterada por outros investigadores. A pesquisadora faz cair por terra essa concepção de Koster e busca esquadriñar o que ela considerou um grande “engano histórico”, argumentando que, embora houvesse o costume de alforriar escravizados mediante o pagamento, não havia uma legislação regulamentando a manumissão até 1871 e segue apresentando problematizações instigantes acerca da ausência dessa legislação, do “silêncio da lei”, uma vez que essa forma de manumissão era costumeira, mas não regulada por algum código legal.

O pensamento político de Koster sobre a escravidão veio a público em 1816 com a edição de *Travels in Brazil*, bem como com a publicação do artigo *On the Amelioration of Slavery* (Sobre a Melhoria da Escravidão), presente na revista *The Pamfleteer*¹⁶. De acordo com Manuela Carneiro da Cunha (2003, p. 16) “[...] Koster teve o cuidado de apresentar o *Travels* desvinculado da polêmica em que se envolvia na mesma época, possivelmente para poder usá-lo como fonte independente”. Corroboramos com a interpretação da autora acerca da ordem cronológica de publicação dos trabalhos de Koster, compreendendo que foi possivelmente uma tática que objetivava afiançar autoridade ao artigo, visto que expressava o testemunho de quem havia experienciado a escravidão na posição de observador e senhor de escravos.

¹⁶ Esse periódico reportava temas que aqueciam os debates no parlamento britânico. O artigo de Koster publicado pela Editora da UFRN, traz o título *Como melhorar a escravidão*, com a contribuição do jornalista Nelson Patriota na tradução, prefácio e notas. Nesta edição, como texto introdutório, se encontra o ensaio de Manuela Carneiro da Cunha “O escravismo comparado – um artigo esquecido de Koster”, objetivando alargar o debate sobre o pensamento do anglo-português acerca do escravismo nas áreas coloniais sob o domínio do império inglês e português.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

O estudo acurado dos dois trabalhos de Koster, publicados em 1816, e a observação de sua participação no debate sobre a escravidão que ocorria em Londres à época, são evidências das variadas motivações políticas do viajante anglo-lusitano. A construção da narrativa de Koster foi guarnecida pelas informações colhidas no decurso de suas viagens e durante sua experiência como rendeiro de engenho no Jaguaribe. Sua posição de senhor de engenho, comandando trabalhadores livres e pobres (indígenas e mestiços) e escravos e em “conversações” com outros proprietários, contribuiu para elaborar uma crítica à escravidão. Caracterizando o escravismo como terrível flagelo que produz a degradação humana, ele chama à reflexão para o necessário fim do tráfico de escravos quando a tragicidade desse sistema impuser “que qualquer Governo suporte alguns inconvenientes não aumentando o numero dessas criaturas que sofrem a humilhação dolorosa” (Koster, 1942, p. 494).

No debate que sustenta em *Como melhorar a escravidão*, defende o fim do tráfico e a abolição gradual da escravatura como exigência civilizacional e requisito ao progresso humano. Ao buscar convencer a opinião pública sobre os males da escravidão, ele explicita que sua posição não deve ser interpretada como uma hostilidade a todos que de alguma forma se beneficiam do trabalho escravo, mas, trata-se fundamentalmente e uma crítica ao “sistema de escravidão” enquanto modelo antcivilizacional.

Considerações finais

Alguns percursos e ações de Henry Koster continuam sombreados pelo próprio caráter enigmático de seus itinerários e posições políticas. Pesquisadores do escravismo colonial no Brasil têm confrontado sua narrativa, pondo-a face a face com diferentes tipologias de fontes e o levantamento de novos problemas. A longevidade da escravidão negra e o emaranhado de questões que a atravessam, aqui e além mar, possibilitam aos investigadores deste complexo campo temático, trazer à superfície significativas interpretações acerca da formação social brasileira.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Teria Henry Koster vindo ao Brasil como “agente” a serviço dos interesses da burguesia britânica ou essa exigência lhe foi apresentada posteriormente, quando recrudescem os debates entre escravistas e abolicionistas? Se assim ocorreu, é possível que o “exato” Koster tenha forjado informações acerca do escravismo, particularmente, na abordagem da manumissão para fornecer fundamento substancial à crítica a escravidão praticadas nas áreas coloniais inglesas?

O último capítulo de *Travels in Brazil*, no qual o anglo-lusitano aborda os Tratados de Aliança e Amizade, Comércio e Navegação firmados entre Portugal e Grã Bretanha em fevereiro de 1810, merece uma leitura acurada, em virtude da difícil posição em que o viajante se encontrava, ao buscar responder satisfatoriamente aos ingleses e portugueses e convencê-los de que ambas as nações se beneficiaram, restando pois, persuadir os brasileiros de que não foram lesados pelas duas potências coloniais e que os tratados firmados trariam benefícios civilizacionais ao Brasil, impulsionando o progresso em múltiplas direções.

A perspectiva de assumir o pioneirismo a serviço da civilização está presente em Koster e alimenta o ímpeto do retorno à América, seja para realizar novos percursos que o possibilitem conhecer outros territórios, seja para alargar a fronteira da civilização. O olhar do império autoriza inferir, conceituar, nominar e classificar sem referências ao outro e ao seu lugar. No encontro de Koster com os nativos, o direito à fala lhes foi negado, apesar da constante companhia destes. Não os viu e não soube compreendê-los porque o olhar imperial, embora ostentasse conhecimento, não integrava em seu repertório cultural a alteridade.

REFERÊNCIAS

AMADO, Janaina. Região, Sertão e Nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 1995, p. 145 - 151.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

ANJOS, João Alfredo dos. Koster e a escravidão negra na América. **Revista Clio**, n. 15, 1994, p. 99 -112. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaclio/article/view/24904/20172> . Acesso em: 23 jul. 2024

CARVALHO, Alfredo. **Biblioteca Exótico-brasileira, Biblioteca Exótico-pernambucana, Biblioteca Geográfica Pernambucana** [s.l.], 1913. Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1435003/mss1435003.pdf. Acesso em 18 nov. 2023

CUNHA, Manuela Carneiro da. Sobre os silêncios da Lei: lei costumeira e positiva nas alforrias de escravos no Brasil do século XIX. **Revista Mexicana de Sociologia**. Ano XLVI I Vol. XLVI I N. 2 Abr.-Jun. 1984, p. 45 - 59.

CUNHA, Manuela Carneiro da. O escravismo comparado: um artigo esquecido de Koster. In: **Como melhorar a escravidão**. Natal, RN: EDUFRN; 2003.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador** 2. ed. Revisão e Apresentação Renato Janine Ribeiro. Vol.1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FERRAZ, Socorro; FERRAZ, Bartira. **Sertão: fronteira do medo**. Recife: Editora UFPE, 2015.

OLIVEIRA FILHO, Sergio Willian de Castro. Um anglo-lisboense no Brasil Joanino: escravidão, religião e política sob o olhar de Henry Koster. **Temporalidades** – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 6, n. 2 (maio/ago. 2014) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5548/3478> Acesso em: 12 ago. 2022.

FREYRE, Gilberto. **Inglese no Brasil: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2000.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**, 50ª edição. Global Editora. 2005.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 6. ed. São Paulo, SP: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e Fronteiras**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1975.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Trad. Câmara Cascudo. São Paulo: Rio de Janeiro: Recife: Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1942. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/305/1/221%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf> Acesso em 16 mar. 2020.

KOSTER, Henry. **Como melhorar a escravidão**. Natal, RN: EDUFRN; 2003.

LIMA, Nísia Trindade. **Um Sertão chamado Brasil**: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999.

MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: Resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. **Novos Estudos**, CEBRAP 74, pp. 107-123, mar. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/xB5SjkdK7zXRvRjKRXRfKPh/?format=pdf>. Acesso em: 28 jan. 2024

PRATT, Mary Louise. **Olhos do Império**: relatos de viagem e transculturação. Bauru: EDUSC, 1999.

QUEIROZ GUEDES, P. H. M. “Miragem da ausência”: as representações sobre o sertão norte oriental da América portuguesa. **Mneme - Revista de Humanidades**, [S. l.], v. 19, n. 42, p. 21–52, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/15861> . Acesso em: 31 out. 2022

RABELO VERSIANI, Flávio. Os escravos que Saint-Hilaire viu. **História Econômica & História de Empresas**, [S. l.], v. 3, n. 1, 2012. DOI: 10.29182/hehe.v3i1.123. Disponível em: <https://www.hehe.org.br/index.php/rabphe/article/view/123>. Acesso em: 20 nov. 2024.

SANTOS, Evaldo dos. Ensaio sobre diversidade historiográfica: como escrever (e reconhecer) histórias dos sertões a partir de novas e “velhas” epistemologias. **SAECULUM - Revista de História** [v. 24, n. 41]. João Pessoa, p. 441-452, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/47700> Acesso em: 12 maio 2023.

TAUNAY, Visconde de. **Estrangeiros Ilustres e Prestimosos no Brasil 1880-1892 e Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Editora Companhia Melhoramentos de

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

São Paulo, 1932. Disponível em:
https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or6852/or6852.pdf Acesso em 12 mai. 2023.

VAINFAS, Ronaldo. O sertão e os sertões na história luso-brasileira. **Revista de História, da Sociedade e da Cultura**. Vol. ano 2019, p.225-245. Disponível em:
https://impactum-journals.uc.pt/rhsc/article/view/1645-2259_19_9/5873 Acesso em: 25 maio 2022.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade